

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS DE
CULTURA E COMUNICAÇÃO

EXPERIÊNCIA E VALOR NA CULTURA

EDNA YUMI ONODERA

CELACC/ECA-USP
São Paulo, 2015

EDNA YUMI ONODERA

EXPERIÊNCIA E VALOR NA CULTURA

Trabalho apresentado ao CELACC /
Centro de Estudos Latino-
Americanos de Cultura e
Comunicação, da Escola de
Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo, para a
Conclusão de Curso de
Especialização em Gestão de
Projetos Culturais e Organização de
eventos, sob a orientação da
Prof.^a Dr.^a Maria Bernadete Toneto.

CELACC/ECA-USP
São Paulo, 2015

AGRADECIMENTOS

À família de sangue e à de coração, meus valores e meu patrimônio.

Aos mestres e mestras, que me ensinaram a duvidar.

À paciência, benevolência e generosidade dos entrevistados, Eleílson Leite e Adair Rocha, dada a minha completa falta de experiência em realizar uma entrevista.

À Prof.^a Bernadete, pela coragem encarar a orientação deste recorte para o artigo, considerando que não venho dos estudos sobre Filosofia e nem sabia escrever nos moldes exigidos.

E à turma do curso, em especial do projeto Comida de Casa, o tempo foi breve mas os tenho em um pedaço da minha história.

DEDICATÓRIA

Ao André, ao Koji e ao
Guilherme, pela completude,
apoio e amor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
<hr/>	
CAPÍTULO 1 – EXPERIÊNCIA E PARTILHA	8
<hr/>	
CAPÍTULO 2 – FORMAS SIMBÓLICAS E VALOR	12
<hr/>	
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	16
<hr/>	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
<hr/>	
REFERÊNCIAS	26
<hr/>	
ANEXOS	28

RESUMO

Este artigo pretende analisar a compreensão do valor na cultura a partir da experiência, da partilha do sensível pelo gestor cultural. A análise se deu mediante entrevista com dois gestores de cultura de referência no eixo São Paulo e Rio de Janeiro. Buscou-se relacionar a teoria sobre as formas simbólicas - e suas relações na criação de valor - com as capacidades e qualidade na formação do gestor de cultura.

Palavras-chave: Valor, Cultura, Experiência, Formação.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the understanding of the value in the culture by experience, by the sharing of sensitive for the cultural manager. Interview by the two reference culture managers in the axis São Paulo and Rio de Janeiro. Relating the theory of symbolic forms and their relationships to create value, together the capabilities and quality of development of the culture manager.

Keywords: Value, Culture, Experience, Education.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la comprensión del valor de la cultura, de la experiencia, el compartir sensibles por el gestor cultural. A través de la entrevista retenida por los dos gestores culturales de referencia en el eje São Paulo y Río de Janeiro. Lista la teoría de las formas simbólicas y sus relaciones para crear valor en conjunto de las capacidades y calidad de la formación del gerente de la cultura.

Palabras clave: Valor, Cultura, Experiencia, Formación.

INTRODUÇÃO

O que é valor na cultura? Como se configuram as relações estabelecidas por esta palavra?

Seria possível compreender a importância do valor gerado pela experiência nos processos de gestão cultural, e sublinhar o processo de criação dessa experiência e de legitimação do valor?

A presente pesquisa pretende olhar para a importância do valor na cultura a partir da experiência do gestor em cultura, ao considerar a diversidade nos modos de viver e produzir convivência.

O território inicial que interessa a esta investigação é o da experiência, mais especificamente, do **valor da experiência**, no sentido atribuído por Jorge Larrosa e Walter Benjamin, ou seja, de conceitos refletidos a partir do campo da arte, no mundo contemporâneo, para o universo da cultura.

Para tal, o sujeito da experiência será o **gestor**. De cultura.

CAPÍTULO 1 – EXPERIÊNCIA E PARTILHA

A experiência é uma ideia utilizada nos dias atuais pela área de *marketing* - principalmente na televisão brasileira - para vender produtos e alguns serviços. Por exemplo, a empresa *Jeep* individualiza a história de homens e mulheres pela experiência para afirmar que sua marca acompanha a exclusividade, o privilégio de ser único. Já o banco Itaú vende a ideia de que contar histórias pode mudar o mundo; e propõe “compartilhe isso com seus filhos”, reserve tempo para passar uma experiência com seu filho. Ou seja, a experiência virou mercadoria.

Walter Benjamin¹ escreve o ensaio “Experiência e pobreza” de 1933 e inicia o texto com a parábola do velho em seu leito de morte contando aos filhos sobre o tesouro enterrado nos vinhedos. No entanto, ao final, descobre-se não havia nada embaixo da terra, mas revolvê-la fez com que as vinhas produzissem mais que outras regiões. A experiência, em tempo anterior ao moderno, vinha contada em forma de provérbios, narrativas, na espera de que o tempo pudesse ensinar os mais jovens. Havia uma comunicação entre as gerações, a qual alimentava essa troca visando ao aprendizado com o tempo. Quando este processo foi interrompido pela aceleração do tempo, pela violência imposta pela produção e vida em massa, pela era moderna, experiências desmoralizantes vieram então contadas em livros: a experiência das estratégias de guerra, a experiência da inflação econômica, a experiência moral pelos governantes etc. Benjamin acredita que a tradição de saber pela experiência se interrompe, e mais adiante, em seu ensaio, ele questiona “(...) qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais vincula à nós?” (BENJAMIM, 1984, p. 115). O autor determina o desígnio da barbárie, em um período a vir, no qual as pessoas admitem a pobreza pela falta de experiência.

Olgária Matos² relaciona a discussão de Benjamin à perda da ação de compartilhar valores coletivos. Em sua palestra em 2009, acredita que nos desfizemos, que perdemos - na ruptura para o tempo moderno - essa maneira tradicional de contar história, isto é, perdemos em nossa convivência social e

¹ Filósofo (Berlim, 1892 – Espanha, 1940).

cultural, os narradores tradicionais. Tanto aqueles ligados ao cultivo da terra - portanto, agricultores, cuidadores das plantas e conhecedores do tempo da natureza - como os viajantes, navegadores.

A ideia de democracia ligada à ideia de valores coletivos diz respeito à memória, à tradição, ao passado. O tempo da democracia é o tempo da representação, de um passado, de uma memória, de uma representação do presente. [...]. Quando perdemos a memória, não podemos contestar. Não sabemos o que perdemos. Tradição é algo que chega e necessita ser interpretada, conhecida. (MATOS, 2009).

No texto “Notas sobre a experiência e o saber da experiência”, Jorge Larrosa³ (2002) parte de suas referências no campo da educação para explorar o conceito teórico/prático da palavra experiência, a qual vem associada ao “que nos passa”, no sentido de passar (em língua espanhola) ou de “o que nos acontece” (em língua portuguesa). O autor assevera que, no mundo contemporâneo, tudo está organizado para que nada ocorra; pelo excesso de informação, pela necessidade de se ter opinião, que é diferente de ter uma experiência. Isto é, estar informado é diferente de saber, como sabedoria, como conhecimento. E não basta ter informação, perde-se tempo produzindo opiniões. Como se o fato de estar informado e ter opinião fosse um processo de aprendizado eficiente. No entanto, é ao contrário, não reserva espaço para a reflexão e para o tempo da experiência. Assim, estamos na ansiedade pela formação constante como um:

[...] sujeito que usa o tempo como um valor ou como uma mercadoria, um sujeito que não pode perder tempo, que tem sempre de aproveitar o tempo, que não pode protelar qualquer coisa, que tem de seguir o passo veloz do que se passa, que não pode ficar para trás, por isso mesmo, por essa obsessão por seguir o curso acelerado do tempo, este sujeito já não tem tempo. (LARROSA, 2002, p. 23).

Tomados pelo tempo gasto no trabalho, estamos cada vez menos sujeitos àquilo que pode nos afetar, que de fato nos afeta, a territórios de passagem sensível, que podem deixar alguns vestígios, algumas marcas.

² Professora de Filosofia da FFLCH/USP, nascida em 1948.

³ Professor da Universidade de Barcelona, nascido em 1951.

Larrosa aponta a necessidade de passividade no sentido de paciência, atenção, de receptividade, de disponibilidade, a fim de nos deixar acontecer a experiência. Em alemão, ele complementa, experiência vem de *Erfahrung*, que contém *fahr*, que significa viajar e também deriva *gefahr* que exprime perigo.

A palavra experiência contém em si, acredita Larrosa, “potente mecanismo de subjetivação”, aqui relacionado à importância desse processo de saber, às referências simbólicas sobre o valor.

Entre tantos sentidos, ser dotado de palavra e do poder para seu uso nos leva em direção à necessidade humana de se comunicar, portanto, ser um sujeito da cultura.

Enquanto o questionamento de Larrosa ocorre frente a um espelho - um olhar interior do sujeito diante do contato com o mundo externo a fim de compreender os processos de aquisição do saber - é necessário considerar a alteridade para o compartilhamento das experiências sociais, pois são nestas relações de encontro que acontecem os processos de legitimação, reconhecimento, autenticação.

Partilha

[...] Partilha significa duas coisas: a participação em conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e divisão de partes exclusivas. (RANCIÈRE, 2005, p.7).

O trecho acima é integrante do prefácio do livro intitulado “Políticas da escrita”, de 1995; Jacques Rancière⁴ trata das questões dos “atos estéticos como configurações da experiência, que ensejam novos modos de sentir e induzem novas formas de subjetividade política”. (RANCIÈRE, 2005, p.11).

As aproximações a serem propostas aqui são uma relação entre as reflexões do filósofo e as representações de valor e experiência, pois acredita que estética e política têm a mesma origem.

A questão da partilha não só delimita as práticas estéticas - quando no mundo da arte decide-se o que é belo ou não, quem está dentro ou não do

museu -, mas determina um contexto de espaço, tempo e ações entre sujeitos, portanto, em um ato social, da participação ou não dos valores, e da experiência de se partilhar.

Ser divergente, pensar diferente é apontado como característica do jogo da partilha, para um exercício estético e político. “A política tem dimensão estética, assim como é para o exercício das formas de poder” (LONGMAN, 2010. p.1). Diferentemente da estetização da política, provocação direcionada a Benjamim, Rancière faz crítica à espetacularização da política.

[...] É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. (RANCIÈRE, 2005, p.16).

Nessa pesquisa relacionamos o valor ao campo da cultura, dentro de um contexto de produção e recepção, como um fato resultante da experiência política e sensível de estar em um contexto e dentro de um discurso. O autor do conceito de partilha conclui – por meio de inúmeros exemplos do teatro, da literatura e dos pensamentos para a arte - que ao final, a posição e movimentação dos corpos (performance), o visível e o invisível (para a pintura), funções da palavra não podem se submeter à subversão ou emancipação política se não houver autonomia na representatividade e significação junto ao comum. Isto é, somente incentivando a multiplicidade, dentro da comunidade, por exemplo, seria possível reconhecer que percepções divergentes participam de um processo de partilha, portanto, de uma ação política, para que haja democracia.

⁴ Filósofo francês, nascido na Argélia em 1940.

CAPÍTULO 2 – FORMAS SIMBÓLICAS E VALOR

Não poderia deixar de formular uma base teórica sobre o valor simbólico para inter-relacionar com as ideias anteriores, no objetivo de esclarecer minhas reflexões para a construção lógica do valor das formas simbólicas.

O estudo formulado por John B. Thompson⁵ (2011) caracteriza preliminarmente uma abordagem alternativa para o estudo dos fenômenos culturais, definindo a análise das “ações, objetos e expressões significativas de vários tipos – em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro e por meio dos quais, as formas simbólicas” (THOMPSON, 2011, p.181) são produzidas, transmitidas e recebidas; não menosprezando, portanto, sua forte reafirmação sobre a importância de analisar as formas inseridas nas estruturas sociais, seus contextos e processos.

Em resumo, são características da forma simbólica os aspectos: intencional, convencional, estrutural, referencial e o contextual.

A forma simbólica **intencional** pode ser entendida como expressões de um sujeito para um sujeito, ou sujeitos. Isto é, elas são construídas, produzidas por um sujeito que está comunicando, expressando o quer dizer, ou tem intenção de dizer, pelas formas produzidas. Considera-se então importante observar duas questões genéricas: a primeira é a que diz respeito ao fato de que objetos podem ser considerados formas simbólicas; a segunda, de que o significado de uma forma simbólica não necessariamente é idêntico ao que o produtor pretendeu dizer. Então, textos escritos, ações ritualizadas ou obras de arte podem adquirir um significado ou sentido e ser lidos e entendidos de modo diferente dos significados e valores atribuídos pelo produtor da forma simbólica.

O segundo aspecto é o **convencional**, isto quer dizer que as formas simbólicas em sua produção, construção, emprego, interpretação das pessoas que a recebem são processos que envolvem regras, códigos ou convenções de vários tipos, como por exemplo, na construção gramatical de uma frase em determinada língua, suas convenções de estilo e expressões (na gramática). Formas simbólicas convencionais são aplicadas na vida cotidiana, sendo

⁵ Sociólogo e professor da Universidade de Cambridge, nascido em 1951.

implícitas ou indiscutíveis para uma interpretação consciente ou reflexiva, mas fazem parte das expressões sociais que podem ser entendidas em um determinado grupo. As regras de codificação e decodificação podem não coincidir nem coexistir, no sentido que uma forma simbólica pode ser codificada e nunca decodificada na prática, como um artefato arqueológico.

O aspecto **estrutural** das formas simbólicas representa a articulação dos elementos que se colocam em determinadas relações uns com os outros. Isto é, os elementos específicos e suas inter-relações possibilitam discernir casos concretos de expressão, em manifestações verbais, expressões ou textos. Como, por exemplo, realizar a leitura visual de uma fotografia jornalística analisando os traços estruturais de sua composição, iluminando um significado construído e, por vezes, implícito a outro sujeito-observador.

O aspecto **referencial** não pode ser identificado como significado de um signo, pois tanto significado como significante são parte do signo. Análises realizadas apenas sob o aspecto referencial falham por não conter o contexto sócio-histórico e os processos nos quais estão inseridas. Figuras ou expressões podem fazer referência ou representar um objeto, indivíduo ou situação, sendo que quando utilizadas, tais figuras ou expressões dizem algo sobre ele (o objeto).

A quinta característica é o aspecto **contextual**, que significa que estão inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas.

Sentido e valor podem diferir para aqueles que recebem dependendo da forma como é realizada sua apresentação, sua representação, em determinado lugar e espaço, com determinado público. Por exemplo, um poema declarado durante um sarau, ou lido em forma de texto escrito em papel, solitariamente, tem efeitos diferentes em sua performance. Os modos de produção, transmissão e recepção podem alterar o entendimento da forma simbólica, sendo necessário para sua análise, entender as relações de poder, formas de autoridade, tipos de recursos e outras características desses contextos.

Para atingirmos a questão do valor, Thompson acentua a importância sobre o entendimento do contexto sócio-histórico e das estruturas em que as formas simbólicas se inserem, e especificamente, para o conceito de **campos**

de interação, desenvolvido por Bourdieu⁶ (2013), que pode ser um campo de posições como um conjunto de trajetórias. Essas posições e trajetórias podem variar, em certa medida, pelo volume e distribuição de recursos ou capital.

As formas simbólicas, quando devidamente contextualizadas, podem se tornar objeto de “complexos processos de valorização, avaliação e conflito” (THOMPSON, 2011, p.193). São assim, processos pelos e através dos quais lhe são atribuídos determinados tipos de **valor**. E dependendo do meio de transmissão, se direto ou intermediado, pode alterar sua interpretação e compreensão, pois alteram-se o ambiente e o contexto de espaço e tempo.

Então, por consequência, pelo campo de interação distinguem-se três tipos de capital: o capital **econômico** (propriedade, bens materiais e financeiros), o capital **cultural** (conhecimento, habilidades e qualificações educacionais) e o capital **simbólico** (méritos acumulados, prestígio e reconhecimento associados com pessoa ou posição). Sendo que os campos de interações dos indivíduos baseiam-se neste diferentes tipos de capitais para alcançar seus objetivos, utilizando-se de regras e convenções de vários tipos.

As instituições sociais são campos de interação que podem ser identificados por seus vários tipos de regras, recursos e esquemas que os caracterizam, quando relativamente estáveis em suas relações.

Em síntese, a análise empreendida pela trajetória das formas simbólicas até a complexidade de atribuição de valor percorre pela instituição social. E a estrutura “assimétrica” é que torna possíveis as ações e interações, ou limitam, definindo uma política para a distribuição de recursos e oportunidades. Assim, as formas simbólicas também estão submetidas aos jogos de poder, à política. Quem decide posições, dentro de determinados contextos sociais, define trajetórias em função de interesses de dominação, inclusão ou exclusão. Então, podemos dizer que há grupos dominantes e subordinados.

Os indivíduos não absorvem passivamente formas simbólicas mas, ativa e criativamente, dão-lhes sentido e, por isso, produzem significado no próprio processo de recepção. [...] Assim, as maneiras pelas quais as formas simbólicas são entendidas e pelas quais são avaliadas e valorizadas podem diferir de um indivíduo para outro, dependendo das posições

⁶ Pierre Felix Bourdieu (1930-2003) foi sociólogo e professor de filosofia da *École de Sociologie du Collège de France*.

que eles ocupam em instituições ou campos socialmente estruturados. (THOMPSON, 2011, p. 201).

Portanto, valor não pode ser entendido por uma definição única em cultura. Seu significado, territórios, campos e determinações são dialéticos se considerados os fatores que compõem a diversidade dos modos de viver e produzir cultura, dentro de cada contexto. A referência de um indivíduo, em convencimento sobre o valor, pode afetar modos de desenvolver a produção cultural. O valor não existe de modo independente das formas simbólicas, portanto, não pode ser compreendido fora das referências e dos contextos no tempo e espaço, conforme apontado por Thompson. Assim, deve-se considerar cultura como um conjunto de atividades materiais e simbólicas desenvolvidas pelos sujeitos sociais; e compreender a ideia de cultura material e cultura simbólica como sistemas interdependentes.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A análise das entrevistas parte do eixo valor, experiência e formação em gestão para a cultura, sendo que o roteiro semiestruturado pode permitir adaptações durante a realização da gravação, a depender dos contextos de cada entrevistado.

Nas entrevistas, os gestores entrevistados incorporam os valores da instituição, sendo que estes não se encontram impressos em cartão de papel ou estão listados no *website* institucional, mas sim estão implícitos no discurso.

Os entrevistados não são simples funcionários, empregados; a hierarquia parece não ser vertical. Para ambos, a posição requer relação de confiança e autonomia, desenvolvida por anos de carreira em pesquisa, relacionamentos políticos, acadêmicos e experiências em trabalho com projetos socioculturais.

Entrevista 1 - Eleílson Leite⁷

Sobre sua forma de se apresentar: apesar de entender sua função de gestão na Ação Educativa (AE)⁸, Eleílson prefere a palavra programador cultural. Complementa sua apresentação afirmando ser historiador com mestrado em Estudos Culturais.

Quando abordamos o assunto valor, o entrevistado logo se remeteu aos parâmetros de comparação com a alta cultura (hegemônica): “Não se pode comparar ou usar os mesmos cânones, referências da cultura consagrada”, afirma. Por experiência própria e por conta dos estudos em literatura comparada, declara: “não se pode comparar o que não é comparável”. Na locução da palavra valor com periferia, a combinação traz um peso social, uma condição de margem. Não ter identificação com a periferia também é um

⁷ Antonio Eleílson Leite atua como coordenador da área de cultura na organização não-governamental Ação Educativa desde de 2000, mestre em Estudos Culturais pela EACH/USP. Os dados completos do entrevistado se encontram nos anexos.

⁸ A Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação é uma associação civil sem fins lucrativos fundada em 1994. Sua missão é promover direitos educativos, culturais e da juventude, tendo em vista a justiça social, a democracia participativa e o desenvolvimento sustentável. Disponível no endereço eletrônico: <<http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/quem-somos>>. Acesso em: 23 set. 2015.

fenômeno que se percebe ocorrer com artistas e grupos de produção artísticas - com quem o entrevistado mantém contato -, possivelmente para fugir de uma condição menor que a dominante. Eleilson reconhece no sistema outros agentes que colaboram ou desconstruem o que pode ser valorado, que é muito mais complexo que uma crítica; compreende ainda que o valor tem dimensões que vão além da qualidade da obra, porque a própria condição social é parte da atribuição de valor que ocorre no mundo capitalista em que se vive.

No exercício de comparar não comparando foi criando exemplos para a dificuldade de se pensar valor para o contexto de trabalho específico que são os movimentos culturais na periferia do município de São Paulo. “Costuma se chamar de periferia o que algumas pessoas da periferia se proclamam”. Durante a reflexão, ele voltou a pensar no espaço de colocação da ideia de valor na cultura e fez uma consideração de retorno: “como expressão cultural não cabe muito a questão de valor. (...) porque se a gente der valor para cultura, considera uma cultura mais do que as outras. E cultura não pode”.

O conceito de cultura comum de Raymond Williams, de comum a todos, é apontado como base do trabalho na ONG. “Ter uma cultura em comum é romper com hierarquias, promovendo condições para que outras pessoas, além do segmento que detém a produção cultural, possam fazer cultura.” A ideia de valor, para ele, está muito relacionada à história de separar cultura da elite e cultura do povo, nos pressupostos etnocêntricos.

Durante a série de histórias e memórias de suas experiências, citou exemplos do violino na periferia ao invés do tambor; o entrevistado associa a importância de compreender os contextos, compreender a história não só destes instrumentos para uma ação contra a desigualdade.

A partir do seminário “Estéticas da Periferia”, realizado no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc, cidade de São Paulo, houve uma tentativa de buscar uma certa definição para a existência de uma estética própria da periferia, pressupondo haver uma, ele relata; ainda não definida e não existencialista, em sua opinião. A palavra periferia pressupõe colocar o artista em posição menor, e ao mesmo tempo, faz parte de um discurso político, reconhece ele. A periferia produz os próprios cânones, afirma ao trazer o nome da Cooperifa como referência inicial. E assegura que ninguém, por enquanto,

faz crítica da periferia, sobre a produção literária, poética ou musical da periferia.

Sobre esse tema, abordou também acerca do fenômeno da valorização, na alta literatura, de autores como Lima Barreto, Machado de Assis, Aluísio de Azevedo - antes tidos como marginais e posteriormente reconhecidos por pesquisadores acadêmicos e também por críticos. “Pode virar cânone sem qualidade? A qualidade é atribuída por quem?” ele questiona.

Refletindo sobre valor dado pelo mercado, o entrevistado se posicionou como consumidor e afirmou que ouvindo Cartola cantado por Paulinho da Viola, se questiona: “como eu atribuí valor àquilo?”. Pensou sobre os mecanismos de chegada do que foi selecionado, do que foi valorizado, de onde chegou: “Como é que chega?”. A pergunta ficou no exercício da reflexão durante a entrevista.

Quando abordamos a questão de compartilhar valor, da importância da subjetividade na construção desta ideia, ele apontou um conceito de Williams sobre a estrutura de sentimento como subsídio sobre a subjetividade na experiência. O conceito, ele explica, tenta captar o “sentimento como é pensado, e o pensamento como é vivido”, ou seja, a subjetividade para entender o processo de criar valor, de identificar, reconhecer, se reconhecer no outro, de entender onde e quando o valor acontece.

Sobre a formação de gestor, Eleílson considera que há instituições, em São Paulo, que auxiliam na formação técnica, mas o gestor na área de cultura não pode ser apenas técnico, precisa desenvolver uma sensibilidade tanto estética quanto humana para as relações sociais, históricas e contextuais das pessoas e objetos envolvidos no processo. Esta afirmação é endossada pela opinião do segundo entrevistado, Adair Rocha. A palavra sensibilidade foi citada pelos dois gestores, quando foi levantada a questão das capacidades, características e necessidades para a formação de um bom gestor cultural.

Para Eleílson, a ação de gerir, de realizar a gestão é relacionada a uma estrutura de organização, de pessoas, recursos, negócios e projetos. O gestor precisa cuidar de burocracia administrativa, negociar e executar comandos, cuidar de equipes, pensar e lidar com autonomia, atribuir poderes, descentralizar, aprender a se comunicar com agilidade para tomada de

decisões. E aponta tudo isso como uma busca para também realizar, de forma democrática, uma gestão interna com sua equipe na AE.

Eleílson trouxe para a entrevista os nomes de Adriano, Flávia, Michele, Dil, Ana Paula Rizzo, Aline, Ruivo e Gabriela, lembrando sua equipe de trabalho. Também citou Carlos Drummond de Andrade, Chico Buarque, Caetano Veloso, Pixinguinha, Cartola, Odair José, Paulinho da Viola, Criolo, Emicida, Mano Brown, Racionais MCs, Lamartine Barros, Erivelton Martins, Luiz Gonzaga. Ainda, Basquiat, Jimi Hendrix, Mozart, The Police, Herman Hesse, Ferreira Gullar, Antonio Candido, Ferrez, Sérgio Vaz e Guimarães Rosa. Não exatamente nesta ordem, mas abaulando um grupo de artistas, músicos, escritores e pensadores, valorizados na reflexão, pelo olhar e pensamento de Eleílson sobre valor. Foi uma entrevista marcada pela reflexão espontânea, aberta, disponível das próprias experiências, tanto estéticas quanto políticas, sobre estar e acreditar na ação pelo acesso e pelo direito à produção.

Entrevista 2 - Adair Rocha

A entrevista foi realizada em um espaço arquitetônico⁹ anteriormente ocupado pelo MEC, em pleno restauro e carregado de histórias. Móveis de *design* modernista, pinturas em enormes painéis e esculturas me recepcionaram; Adair fez questão de contar que a mesa à qual sentamos foi ocupada por Carlos Drummond de Andrade¹⁰. Ademais, estávamos em plena discussão sobre a reforma política, pois havia a possibilidade de voltar a unir a pasta da Educação e da Cultura em um mesmo Ministério.

Adair Leonardo Rocha gosta de ser apresentado como professor, gestor público de cultura, escritor, pesquisador e folião de reis.

Para Adair, a relação do valor material e do valor simbólico está interligada. Quanto maior a proximidade com a realidade, com a representação do real, maior o valor. Levando-se em considerações as amplas definições de cultura, associa sem maior detalhamento a definição de Eagleton¹¹ de cultura

⁹ A história do Palácio Capanema está disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/839/as-origens-e-influencias-do-palacio-gustavo-capanema-1153.html>>. Acessado em: 31 out. 2015.

¹⁰ Chefe de gabinete do então Ministro da Educação e Cultura Gustavo Capanema.

¹¹ Terry Eagleton, filósofo e crítico literário britânico, nascido em 1943.

como significação. E isso, ele analisa, pode resultar em uma redução, entre sua abrangência econômica no contexto pós-moderno, da cultura entendida como evento. Como exemplo disso, menciona que pequenos e médios municípios, por vezes, não possuem uma secretaria de cultura, pois a cultura enquanto instituição social, estrutura, poder público pode ser entendida como luxo, enfeite, decoração; perde o valor, por perder significado.

Posteriormente relata sobre a experiência iniciada na gestão de Gilberto Gil, reorganizando o “atendimento de balcão” para um processo de valoração da produção da cultura pela sociedade e pelas comunidades tradicionais populares. Isto é, a cultura transversalizada pelo diálogo entre outros ministérios, quer dizer, a cultura ligada a outros assuntos/temas que são parte dela. Exemplo significativo desta ação é o Programa Cultura Viva, dos Pontos de Cultura viabilizada por meio de editais, uma política organizada e valorizada na gestão de Gil. E continua em sua reflexão: a cultura entendida com existência, no sentido de significação, faz com que a política seja uma dimensão da cultura, não o inverso.

Adair denomina isso de “cultura e emergência da cidade periférica”, linha de pesquisa que ele organiza junto à universidade.

A cultura está inter-relacionada transversalmente aos assuntos da saúde, educação, mobilidade urbana, moradia, segurança – capítulo ao qual Adair se dedica a atualizar, e que faz parte do livro “Cidade Cerzida”.

Adair destaca que para que esta mentalidade seja alterada, ou seja, para se entender a cultura como elemento transversal, deve haver resistência no que se refere à possibilidade de alterar as perspectiva do poder.

Sobre a diversidade cultural como valor, também em termos materiais, Adair reconhece a riqueza como extraordinária, reconhecida fora do Brasil, mas que os “nossos governos e nossos meios de comunicação trabalham reduzindo a significação do cotidiano em folclore”, não compreendendo o que é folclore e desclassificando seu significado, ao tratar como algo que não é cultura, reforça o gestor.

Então, temos de um lado a manutenção da tradição cultural da elite contra a valorização das manifestações da tradição popular, na equação que, se traduzida economicamente - principalmente pelas manifestações da elite -

poderia indicar significativamente o que a cultura representa tanto no desenvolvimento econômico geral quanto no social. Isto é, as relações de poder mantidas pelo entendimento do que pode ou não pode ser cultura, do que é ou não é valorizado como cultura. Adair afirma que quem quer privatizar algo público vai dizer que já existe um modelo democrático, como o Estado Mínimo¹², no qual é pressuposto manter uma lógica de acúmulo contra uma lógica do comum, constata. E declara: a democracia é sempre inconclusa, haverá sempre movimentos e desafios quando se pensa e se trabalha em direção à ampliação do direito e do acesso à cultura. Por isso, tão caro é o entendimento e definição da palavra cultura.

Quando abordamos a questão sobre o compartilhamento, Adair comentou sobre a expressão compartilhada, sobre a memória; ele retoma o tema da Cultura Viva e dos Pontos de cultura. E também do risco de se contar a história caindo na pessoalidade. No entanto, indica outros métodos, como é o caso da memória viva, relacionada à comida, à alimentação, que carrega a vivência no local da periferia com o local de origem; na memória gustativa do tempero, que reúne as pessoas, traz lembranças. No projeto “Gonzagueando”, numera que 90% dos grupos têm na comida um referencial importante para a memória; há vivência alimentando uma utopia de continuidade, a fim de que o processo não se perca.

Ainda sobre o registro das experiências, Adair se lembra do projeto Museus de Favelas, como o Museu da Maré, o Sarcofa, o MUF (Movimento Unificado de Museus de Favela); menciona o espelhamento da cidade no Rio, na qual cada bairro tem sua favela, e também quando as pessoas se

¹² Concepção fundada nos pressupostos da reação conservadora que deu origem ao neoliberalismo. A ideia de Estado Mínimo pressupõe um deslocamento das atribuições do Estado perante a economia e a sociedade. A única forma de regulação econômica, portanto, deve ser feita pelas forças do mercado, as mais *racionais* e eficientes possíveis. Ao Estado Mínimo cabe garantir a ordem, a legalidade e concentrar seu papel executivo naqueles serviços mínimos necessários para tanto: policiamento, forças armadas, poderes executivo, legislativo e judiciário etc. Abrindo mão, portanto, de toda e qualquer forma de atuação econômica direta, como é o caso das empresas estatais. A concepção de Estado Mínimo surge como reação ao padrão de acumulação vigente durante grande parte do século XX, em que o Estado financiava não só a acumulação de capital, mas também a reprodução da força de trabalho, via políticas sociais. Na medida em que este Estado deixa de financiar esta última, torna-se, ele próprio, “máximo” para o capital. Verbetes formulado por Lilo Watanabe Minto. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_estado_minimo.htm>. Acesso em: 31 out. 2015.

esquecem que quem faz a comida de todos são os moradores da favela.

Pressupondo uma cultura comum, há a circularidade sobre o sistema de gerir. Gestor precisa, no ponto de vista de Adair, ter sensibilidade e perspectiva; deve evitar um controle no qual os contornos e limites tenham apenas a decisão dele, “ao mesmo tempo, não pode perder a dimensão de tudo que está em andamento; e perceber quando o processo em curso não dará em algo mais amplo”. Tolerância, liberdade e empoderamento são mencionados a fim de repensar as relações de convivência no processo democrático. E continua: o gestor precisa de autonomia, saber trabalhar com a possibilidade e com a potencialidade de cada um contar sua história, de se explicitar. Como também deve compreender a possibilidade de trabalhar com a ambiguidade do poder paralelo, entendido por ele não como a existência do tráfico, mas do poder público quando realiza em mão dupla, contrária ao cumprimento de ações, e que geram moeda de troca, por exemplo, eleitoral. O tráfico vem simbolicamente carregado com a imagem das armas, da violência na favela, da ilegalidade combatida pela polícia, mas Adair ressalta, violenta é a própria existência da favela.

O sistema de trabalho que mantém a existência de empregos considerados menores, como empregadas domésticas em quartos sem janelas, porteiros, cozinheiras, faxineiras, lixeiros, por exemplo, reflete a reprodução da arquitetura de poder, de manutenção de uma hierarquia social do mesmo modo como é entendido o que é cultura, nos termos hegemônicos. Adair enfatiza, “política é uma dimensão da cultura”.

Sobre o processo acelerado de urbanização que o país sofreu, Adair acredita que há um relacionamento profundo ainda, de resistência da fraternidade e da relação com o rural, apesar da hegemonia da ditadura dos meios de comunicação em massa; para ele, há uma importância cultural da política e uma importância política da cultura, no pensar a cidade e as relações de fraternidade.

Em sua gestão, há um plano de trabalho pensando a gestão territorial, na qual poder público e sociedade podem se organizar em conselhos para evitar que políticas sejam privatizadas. Essa questão da gestão territorial tem a ver com a ocupação e o entendimento da cultura nas cidades, nos municípios –

que é o local no qual as pessoas moram – e também com a apropriação do que se nomeia produção cultural, influenciando o poder público na formação de políticas para a cultura.

E retorna, que não seguir modelos estabelecidos é uma forma que ele chama de “pressuposto da contradição”, quando há percepção de diferentes interesses e o gestor precisa decidir o que será potencializado nessa circularidade; o gestor precisa reconhecer a existência da pluralidade, da diversidade, pra pensar o acesso e o direito.

Adair Rocha traz conceitos, experiências, histórias e um olhar que atravessa a ideia de cultura não apenas como expressão, mas como ação na qual a estética, a política, economia, apropriação de espaços de criação e poder estão intimamente ligados, precisam ser transversais. Valor não pode existir sem um movimento – mesmo que ele não o represente dentro da posição de um gestor público – de tomada de poder pelo indivíduo, pelo sujeito da experiência, dos pequenos grupos, dos pequenos municípios. Pela sempre, palavra que flexiona, inconclusa democracia, como chamou seu exercício de refletir este espaço-tempo.

Tanto na entrevista com um e com o outro gestor, os valores morais e ideológicos estavam pareados com os valores institucionais. O poder de influência na formação de valores que possam interferir no processo de execução de um projeto de cultura está mais relacionado a uma orientação para o bem comum, para uma cultura comum, portanto, para a compreensão direta do valor ligada à cultura comum, em uma ação democrática. Mesmo que, como diz Adair, no pressuposto da contradição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, a leitura e análise sobre a questão do valor - partindo do ensaio teórico e filosófico de experiência - para a prática dos gestores ampliaram os limites de um território imaginado inicialmente, no qual a valia, a valoração, a validação, o que vale e não vale, a avaliação se realizam, pois o julgamento desta subjetivação é relacional, depende da perspectiva do espaço no qual se posicionam os sujeitos, dentro de sua cultura, na cultura. E também depende dos referenciais, estruturas e contextos dos receptores, para que o outro reconheça a sua representatividade. Não existe, então, qualquer homogeneidade ou unidade que possa mensurar o valor, ou seja, para predispor quanto vale quando não se entende o que é, pois do mesmo modo como no mercado e na economia, valor pode se referir ao produto, sem levar em consideração o processo. Bens simbólicos, quando submetidos à lei do mercado, devem custar pouco e serem produzidos em massa, perdendo assim características identitárias, processuais, territoriais e estrutura subjetiva. Quase simbolicamente o que ocorre com a cultura, torna-se decoração, perde sentido.

Outra relação complexa, mas que ainda necessita de investigação, é a relação do sujeito com o meio, visando à compreensão de valor, seja subjetivamente ou pelos processos de tempo e de espaço, conforme Dewey indica da experiência estética, em uma raiz biológica com a natureza, por perder a proximidade com a tradição rural, com os processos de produção de plantas, que também está submetida à produção em grande escala. No entanto, tenta retornar ao orgânico a fim de evitar doenças, degradação da terra, contaminação da água, por exemplo.

O que perde significação na cultura parece vir de encontro ao nada que representa o estar e ser no mundo. Então, não é perda do significado do valor na cultura, é ausência total de conexão com alguma cultura representativa, seja política ou estética.

Assim, no papel desses gestores cabe orientar não pelos próprios valores subjetivos, mas pela valorização em direção a essa chamada cultura comum, complexa, pois heterogênea, mas nem por isso menos plural; fazê-lo combinando partes da responsabilidade de viabilizar recursos, meios de

produção, visibilização, transmissão, divulgação e recepção. Ou seja, o poder público junto à sociedade, como afirmou Adair. E acreditar na formação sucessiva de gênios criativos, “ficar de olho”, incentivar, apadrinhar, abraçar, fazer uma crítica que eleve, que nos faça ter mais interesse neste domínio das normas e convenções que estão no contemporâneo; em relação a esse quesito, concordo com Eleílson.

Se possível, inventar inteligências culturais para que as metodologias do registro destas histórias não sejam contidas no mundo acadêmico, mas muito além dele. Assim, o valor por acúmulo de conhecimento poderia ser substituído pelo valor por ser conhecimento, por ser a própria experiência.

REFERÊNCIAS

BAITELLO JR, Norval. **O animal que parou os relógios**: ensaios sobre comunicação, cultura e mídia. São Paulo: Annablume, 1999.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte, Educação e Cultura**. Disponível no endereço eletrônico: <<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista7-mat5.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Summus, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CANCLINI, Néstor Garcia. **A sociedade sem relato: Antropologia e Estética da Iminência**. São Paulo: EDUSP, 2012.

_____. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução Ana Regina Lessa e Heloíza Pessa Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2002.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Alternativas metodológicas para a produção científica**. São Paulo: Celacc-Eca/USP, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HAMPATÉ-BÂ, A. In KI-ZERBO, Joseph (Ed.). **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. A tradição viva. Capítulo 8. Brasília: Unesco / Ministério da Educação / UFSCAR, 2010.

KI-ZERBO, Joseph (Ed.). **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. A tradição viva. Capítulo 8. Brasília: Unesco / Ministério da Educação / UFSCAR, 2010. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_ação=&co_obra=205171>. Acesso em: 18 jun. 2015.

LARROSA, Jorge. Nota sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação** (ANPED), Rio de Janeiro, n. 19, jan.- abr. 2002.

MATOS, Olgária. **Tempo sem experiência**. Programa Invenção do Contemporâneo, CPFL pela TV Cultura, em 8 de junho de 2009. Disponível no endereço eletrônico: <<https://www.youtube.com/watch?v=arANFGj10Tg>>. Acesso em: 25 maio 2015.

MORAES, Camila; MIRANDA, Danilo Santos. **O “outro” Ministro da Cultura.** Matéria realizada por Camila Moraes, com entrevista ao ensaísta Danilo Santos Miranda ao site *El País*, em 29 de maio de 2015. Disponível no endereço eletrônico: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/27/cultura/1432752759_907246.html>. Acesso em: 12 jun. 2015.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **O que é burocracia.** 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NOGUEIRA, Silas. In: FIRMIANO, Frederico Daia; GONÇALVES, Moisés Augusto. **Horizontes da luta social: os sujeitos da política.** Coleção Olhares do Dissenso. Vol.2. Belo Horizonte: Bookjuris, 2010.

ORTIZ, Renato. **Cultura e desenvolvimento.** Políticas Culturais em Revista, 1(1), p. 122-128, 2008. Disponível no endereço eletrônico: <www.politicasculturaisemrevista.ufba.br>. Acesso em: 19 jun. 2015. Ou também disponível em: <<http://www.ufrgs.br/difusaocultural/adminseminario/documentos/arquivo/ORTIZR.%20Cultura%20e%20desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política.** São Paulo: Editora 34, 2005.

ROCHA, Adair. **Cidade cerzida: a costura da cidadania no Morro Santa Marta.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2012.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Petrópolis: Vozes, 2011.

TOZZI, Devanil et al. (org.). **Horizontes culturais: lugares de aprender/**Secretaria de Educação, Fundação para o Desenvolvimento da Educação. São Paulo: FDE, 2008.

TURINO, Célio. **Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

VANUCCHI, Valdo. **Cultura brasileira.** São Paulo: Edições Loyola, 1987.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell.** Petrópolis: Vozes, 2011.

LONGMAN, Gabriela e VIANA, Diego. **Entrevista – Jacques Rancière.** Disponível no endereço eletrônico: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevista-jacques-ranciere/> acesso realizado em 01 nov. 2015.

ANEXOS

Roteiro de entrevista

Transcrição das entrevistas